



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**CENTRO DE CONTROLE INTERNO DA AERONÁUTICA**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 14/2013**

**UNIDADE JURISDICIONADA:** SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS DA AERONÁUTICA

**CÓDIGO SIAFI:** 120002

**SIGLA:** SEFA

**PERÍODO DOS EXAMES DE AUDITORIA:** 22 A 26 DE JULHO DE 2013

**DIRIGENTE MÁXIMO:** TENENTE BRIGADEIRO DO AR ANTÔNIO FRANCISCANGELIS NETO

**EXERCÍCIO:** 2012

**PORTARIA CENCIAR Nº 38-T/CENCIAR1, DE 11 DE JUNHO DE 2013**

**PROCESSO Nº 67022.000695/2013-75**

**I – FINALIDADE DO RELATÓRIO**

Informar os resultados alcançados na análise dos aspectos definidos pelo Tribunal de Contas da União, nos termos do Anexo IV à Decisão Normativa nº 124, de 5 de dezembro de 2012, de modo a avaliar a gestão do exercício de 2012, e compor o Processo de Contas da Unidade Jurisdicionada.

**II – METODOLOGIA DOS EXAMES**

Os exames foram realizados, por amostragem, na extensão julgada necessária, sobre o Relatório de Gestão produzido pela Unidade Jurisdicionada, “in loco”, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas as técnicas de análise documental e entrevistas.

Por ocasião da visita da Equipe de Auditoria, nenhuma restrição foi imposta aos auditores deste Centro quanto ao método ou extensão do trabalho desenvolvido na Unidade Jurisdicionada.

**III – RESULTADOS DOS EXAMES DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO**

**1. CONFORMIDADE DAS PEÇAS**

A UJ elaborou as peças a ela atribuídas, contemplando os formatos e conteúdos obrigatórios previstos nos normativos do Tribunal de Contas da União, exceto quanto às

*Handwritten signature and initials*

páginas do relatório não foram numeradas iniciando a contagem a partir da folha de rosto e sim indevidamente a partir da capa, conforme orientado na DN TCU nº 119/2012, sendo a numeração expressa graficamente a partir do sumário, conforme o previsto.

Além disso, faltou informar na introdução quais os itens do Anexo II da DN TCU nº 119/2012 não se aplicam à realidade da unidade, apresentando os motivos da não aplicação; e de quais os itens do Anexo II da decisão normativa que, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não há conteúdo a ser declarado no exercício de referência. Faltou, também, a lista de tabelas e ilustrações.

## 2. RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

A SEFA elaborou seu Programa de Trabalho da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (ICA 19-130/2012), alinhado aos objetivos estratégicos do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER), e que se encontra formalizado e publicado internamente.

Em seu programa de trabalho, a SEFA detalha o Plano Setorial que apresenta 13 objetivos setoriais desdobrados em 43 ações. Dessas ações, restaram 37 a serem realizadas em 2012, uma vez que seis ações estavam sob a responsabilidade da Subsecretaria de Auditoria, que a partir de outubro de 2012, passou a ser subordinada diretamente ao Comandante da Aeronáutica.

Pela análise do Gráfico 2.2 – Percentual de Ações Realizadas, constante no Relatório de Gestão, pode-se verificar que nove ações apresentavam percentual de realização zero em 30 de novembro de 2012. O gestor justificou essa situação como decorrente de um processo de amadurecimento e evolução da organização. Segundo ele, quando da elaboração do plano setorial, essas 9 ações foram consideradas adequadas, posteriormente, constatou-se a inviabilidade de sua implantação. Dezessete ações apresentaram 100% de execução, e as demais se encontravam em andamento.

O Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) encontra-se em funcionamento no COMAER desde fevereiro de 2012, possibilitando comparações de séries históricas e a geração de relatórios gerenciais. A SEFA tem por objetivo apurar o custo por atividade realizada no COMAER. Para tanto, precisa garantir que o fluxo de dados físicos necessários seja obtido de forma sistêmica, o que pretende obter através da integração de informações do Sistema Integrado de Administração Orçamentária e Financeira (SIAFI), Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES) e do Sistema Integrado de Logística e Material e de Serviços (SILOMS). Esse projeto encontra-se em fase inicial.

A elaboração de normativos para o Sistema de Comércio Exterior da Aeronáutica (SISCOMAER), e a implantação de processos de organização institucional e de gestão desse sistema, que tem a SEFA como órgão central, foi uma importante atividade desenvolvida no transcorrer do exercício.

O Instituto de Economia e Finanças (IEFA) é a área responsável pela capacitação dos recursos humanos nas áreas de economia e finanças. Os objetivos e ações programados para 2012 foram executados em sua totalidade. Além disso, encontra-se em andamento um projeto de Ensino à Distância (EAD), que tem previsão de implantação em 2014. Esse projeto foi iniciado em 2011, e já foram realizados levantamentos e estudos de modelos de EAD de outras organizações militares. Atualmente, encontra-se em fase de elaboração, o termo de referência. Com o intuito que evitar sobreposição ou retrabalho com as atividades realizadas pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) o IEFA está focando sua atuação na pós- formação, enquanto que o DEPENS atua na fase de formação do educando.

### 3. INDICADORES INSTITUCIONAIS

A SEFA apresentou em seu Relatório de Gestão onze indicadores que foram considerados adequados, uma vez que estão alinhados com a missão da Unidade e com seus macroprocessos.

O indicador de Conformidade Contábil Nível Unidade Gestora, ilustra com muita propriedade como mudanças de procedimentos refletem de forma positiva na gestão. De acordo com o relato da Secretaria, a mudança de postura no tratamento e correção de erros refletiu em uma atuação mais ativa das demais Unidades do COMAER. A partir do segundo semestre de 2012, foi adotada nova metodologia que passou a considerar isentas de restrições contábeis apenas as Unidades que foram capazes de detectar e solucionar eventuais discrepâncias, sem interferência da SEFA. Em um primeiro momento, isso refletiu em um aumento de restrições, para em seguida, essas restrições apresentarem um decréscimo, conforme pode ser observado no Gráfico 2.4.1 – Restrições na Conformidade Contábil da UG, apresentado no Relatório de Gestão. O comportamento desse indicador demonstra como a atuação do gestor, no caso a SEFA, mudou a postura dos gestores das demais unidades, que passaram a ter uma análise mais crítica de suas atividades aumentando seu grau de responsabilidade e comprometimento.

Os indicadores referentes a arrecadação de receitas do Fundo Aeronáutico são os mesmos indicadores constantes no Relatório de Gestão do Fundo Aeronáutico: Eficácia da Arrecadação do Fundo Aeronáutico; Eficácia da Arrecadação do Fundo Aeronáutico – Fontes DECEA/INFRAERO e Eficácia da Arrecadação do Fundo Aeronáutico – Fonte 280 – Rendimentos de Aplicações Financeiras. As informações nome do indicador, macroprocesso, processo, objetivo e fórmula de cálculo, referentes aos dois primeiros indicadores, foram indevidamente repetidas no Relatório de Gestão. O primeiro indicador refere-se à arrecadação total do Fundo Aeronáutico, enquanto que os outros dois detalham as duas principais fontes de receita.

### 4. RESULTADOS DOS INDICADORES DE PROGRAMAS E AÇÕES

A SEFA não é responsável por programas do PPA, como também não é responsável pela execução de objetivos, iniciativas ou ações orçamentárias. Entretanto é responsável pelo gerenciamento do Serviço da Dívida Externa (juros e amortizações).

A dotação orçamentária destinada para o pagamento da dívida foi no montante de R\$ 1.091.779.778,00, sendo que apenas 32,62% desse total foi empenhado, liquidado e pago. O restante dessa dotação, R\$ 735.621.208,89, deixou de ser utilizado, pois está destinado ao projeto FX-2, que trata da aquisição das novas aeronaves de combate de Força Aérea Brasileira.

### 5. CONTROLES INTERNOS

A equipe de auditoria pode verificar que os dirigentes da SEFA percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da Unidade e dão adequado suporte ao seu funcionamento. Constatou-se a existência de normativos sobre diversos procedimentos de regulamentação interna e rotinas, denominadas Normas Padrão de Ação (NPA).

A SEFA conta com um ambiente de controle favorável à consecução de seus

H  
chime  
A

objetivos institucionais, pois suas estratégias e os objetivos são estabelecidos, estão identificados, avaliados e geridos. Fatores como valores éticos da organização, competência profissional, e desenvolvimento de pessoal são presentes na organização de forma contínua.

São identificadas diversas atividades de controle, visto que a alta administração realiza revisões do planejado conforme demandas do Comando da Aeronáutica, e alterações ocorridas no orçamento do exercício.

Por meio das reuniões da administração, prática adotada pelas unidades do COMAER, é avaliado o desempenho das principais atividades da organização. O processamento da informação é realizado por meio de diversos programas utilizados no COMAER, para controle de patrimônio móvel, tramitação de documentos, comunicação entre o efetivo das organizações, são realizados controles físicos dos diversos bens e valores, conforme preconizam várias normas internas e externas ao COMAER, as funções são segregadas, reduzindo risco de erro ou fraude. Além das reuniões da administração, também são realizadas, periodicamente, reuniões de prestação de contas e reuniões com a participação de todo o efetivo.

Quanto à avaliação de risco, há na SEFA centralização formalizada dos riscos inerentes às atividades de seu sistema. Existe um Comitê de Contingência que identifica e avalia os processos críticos. Como resultado dessa avaliação, foi formalizado um Plano de Contingência (PCA 14-1/2011) que identifica as ações de contingência, que são aquelas que se destinam a permitir que, diante de eventos de risco, os processos críticos sejam restabelecidos no menor prazo possível.

A comunicação interna é considerada suficiente e atende os diversos níveis das organizações posto que no COMAER são utilizados diversos tipos de canais como exemplo: Publicações no Boletim Interno Ostensivo e no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA), mensagens SIAFI, mensagens diretas, correio eletrônico, spark (mensagens instantâneas entre o efetivo), SIGADAER para orientações (documentos formais), e informações disponibilizadas ao público interno do Comando pela INTRAER (intranet).

Além dos canais de comunicação comuns ao COMAER, a Unidade possui três eventos, que ocorrem periodicamente e que contribuem para garantir uma boa comunicação interna: Reunião de Prestação de Contas, Reunião da Administração e Reunião de todo o efetivo.

O monitoramento contínuo é incorporado à rotina por meio das atividades de controle e as autenticações realizadas pelo setor de controle interno da SEFA.

## 6. GESTÃO DE PESSOAS

Os registros de pessoal são efetuados através do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal - SIGPES, que é o sistema corporativo da COMAER, para a gestão de pessoal militar, e, pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, para o pessoal civil.

Como ação de controle interno são realizados cotejamentos mensais do pagamento de pessoal, atividade que consiste na verificação, realizada por uma comissão, de vários procedimentos relativos ao pagamento de pessoal como exemplo: a média de recebimento, a conciliação entre folha de pagamento e relação de efetivo, o lançamento de matérias financeiras com a respectiva publicação em Boletim Interno.

Os recursos humanos são apontados pela SEFA como um fator decisivo no êxito de

seus projetos. A Secretaria relata que o número de novas atividades tem crescido em uma proporção maior do que a disponibilidade de seu efetivo. As principais dificuldades apontadas encontram-se relacionadas à gestão dos recursos humanos: quantitativo disponível, rotatividade, capacidade para gerir mudanças, cultura da organização, capacitação.

Dentre as ações relativas a processos de suporte, foi realizado um estudo com o objetivo de evidenciar as necessidades de recompletamento e remanejamento de recursos humanos da SEFA.

Em relação à qualificação de sua força de trabalho, não foram apresentados, no Relatório de Gestão, os quadros A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária e A.6.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade previstos na Portaria - TCU nº 150/2012. Em atendimento à solicitação da equipe de auditoria durante a realização dos trabalhos de campo, a Secretaria apresentou os quadros abaixo:

Quadro A.6.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>	<b>34</b>	<b>20</b>	<b>47</b>	<b>27</b>	<b>3</b>
<i>1.1. Militares de Carreira</i>	34	20	34	10	0
<i>1.2. Reconvocados</i>	0	0	1	3	1
<i>1.3. Servidores Civis de Carreira</i>			12	14	2
<b>2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)</b>	<b>36</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>3</b>
<i>2.1. Militares</i>	36	5	1	10	3
<i>2.2. Civis</i>					
<b>3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)</b>		<b>1</b>			<b>3</b>
<i>3.1. Cargos de Natureza Especial</i>					
<i>3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>		1			3
<i>3.3. Funções gratificadas</i>					
<b>4. Totais (1+2+3)</b>	<b>70</b>	<b>26</b>	<b>48</b>	<b>37</b>	<b>9</b>

Quadro A.6.4 - Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
<b>1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)</b>					<b>50</b>	<b>73</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
<i>1.1. Militares de Carreira</i>					39	48	10	1		
<i>1.2. Reconvocados</i>						5				
<i>1.3. Servidores Civis de Carreira</i>					11	20			1	
<b>2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)</b>			<b>25</b>		<b>16</b>	<b>13</b>			<b>1</b>	
<i>2.1. Militares</i>			25		16	13			1	
<i>2.2. Civis</i>										
<b>3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)</b>						<b>2</b>				
<i>3.1. Cargos de Natureza Especial</i>										
<i>3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>						2				
<i>3.3. Funções gratificadas</i>										
<b>4. Totais (1+2+3)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>66</b>	<b>88</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade:** 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

*Adone*  
T.

## 7. TRANSFERÊNCIAS

A SEFA não realizou, no exercício de 2012, transferências de recursos mediante convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e de parceria, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

## 8. GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

As necessidades de materiais e de serviços da SEFA, uma UGE sistêmica, isto é, executora das atividades finalísticas, são supridas pelo Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), UGE, organização responsável pela realização das licitações e contratações, em apoio às organizações militares instaladas no prédio do Comando da Aeronáutica, na Esplanada dos Ministérios. Por essa razão, a SEFA entendeu que não precisaria colocar em seu Relatório de Gestão as informações referentes ao item 4.2.4 – Execução Orçamentária da Despesa da Portaria - TCU nº 150/2012.

Entretanto, esse entendimento diverge das orientações repassadas pelo Centro de Controle Interno da Aeronáutica, que orientou as unidades a apresentar suas despesas ainda que não fossem executadas diretamente. Dessa forma, a equipe de auditoria solicitou à SEFA, quando da execução dos trabalhos de campo, que apresentasse os valores de suas despesas e que seguem abaixo:



## **9. CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL**

A unidade não apresentou gastos com suprimento de fundos, contas tipo B ou cartões de crédito corporativo.

## **10. PASSIVOS SEM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA**

Não foram assumidos passivos sem a prévia previsão orçamentária.

## **11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

A equipe de auditoria considerou que as respostas da unidade ao quadro A.8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade encontram-se adequadas à realidade encontrada.

A gestão de TI da unidade observa as normas do órgão central do sistema de tecnologia da informação no COMAER denominado Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). No âmbito da SEFA, a Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (ASTIC) é a responsável pela gestão de TI.

A SEFA possui PDTI formalmente aprovado e publicado no âmbito do COMAER, o PCA 7-24/2011, que abrange os exercícios de 2012 e 2013. Entretanto, durante o exercício de 2012, a unidade efetuou uma revisão desse documento pois verificou que ele não se encontrava adequado, e elaborou uma nova versão que abrange os exercícios de 2013 e 2014. Dessa forma a avaliação do alcance dos objetivos e dos projetos a serem realizados em 2012 ficou prejudicada.

Há diversos normativos internos, adequadamente formalizados e publicados, como a Política de Utilização de Recursos de TI (NPA 03-01/2012), a Política de Segurança da Informação (NPA 03-02/2013) e o Ciclo de Backup (NPA 03-03/2012). Além desses normativos, a SEFA, ainda está trabalhando na elaboração e revisão de normas cuja previsão de conclusão é 2013.

No início de 2012, foram realizadas auditorias, pela Assessoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (ASTIC), que subsidiaram a reformulação do PDTI e o aprimoramento do Plano de Contingência. Além disso, a unidade possui inventário dos ativos existentes.

## **12. IRREGULARIDADES**

Não houve no exercício abertura de processo de Tomada de Contas Especial ou de sindicância que envolva responsável arrolado no artigo 10 da IN TCU nº 63/2010 e no artigo 5º da DN nº 124/2012.

## **13. PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO**

A SEFA não possui imóveis sob sua responsabilidade patrimonial, assim como, não possui imóveis locados de terceiros. A área ocupada pela Unidade fica em um imóvel cuja gestão administrativa fica a cargo do Grupamento de Apoio de Brasília (GAP-BR), que tem em sua estrutura um setor responsável pela gestão de patrimônio imobiliário, que entre outras atribuições relacionadas aos imóveis, cuidam da regularização, reavaliação, manutenção, conservação e reformas.

#### 14. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não aplicado à natureza jurídica das UJ do Comando da Aeronáutica.

#### 15. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Não foram identificadas no momento da Auditoria de Gestão situações não contempladas nos itens anteriores que afetem o julgamento da gestão dos responsáveis arrolados no processo de contas.

#### IV – RECOMENDAÇÕES

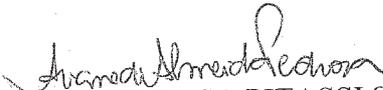
1. Realizar acompanhamento dos resultados efetivos dos cursos realizados pelo IEFA;
2. Apresentar nos próximos Relatórios de Gestão, o acompanhamento da série histórica de seus indicadores gerenciais, acompanhados dos respectivos parâmetros pré-estabelecidos pela Unidade;
3. Relatar as providências adotadas para o atendimento das recomendações da Auditoria de Gestão, no Relatório de Gestão do exercício de 2013.

#### V - CONCLUSÃO

Em face do exame realizado, opinamos pela REGULARIDADE da gestão do responsável pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2012.

Brasília, 1<sup>o</sup> de agosto de 2013.

  
FRANCISCO CARLOS SIQUEIRA MOURA – Cel Int R/1

  
ARIANE DE ALMEIDA PEDROSA PITASSI SALES – 2<sup>o</sup> Ten QCOA CCO

  
JULIANA ALBERTINA PACHECO NOEL - AFC